

Revista Brasileira de Ciências Humanas

ISSN 3085-8178

vol. 2, n. 1, 2026

... ARTIGO 8

Data de Aceite: 15/01/2026

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA

Josenilton Garcia Machado

Especialista em Metodologia do Ensino de História e em Gestão Escolar. Graduação em História

Sandra Karina B. Mendes

Doutora em Educação. Graduação em Pedagogia



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



RESUMO: O artigo realiza uma revisão de literatura sobre as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando sua relevância para a inclusão social e a democratização do conhecimento em um contexto de desigualdades históricas. O estudo tem como objetivo identificar os primeiros estudos sobre o tema, os locais mais pesquisados, os subtemas associados, as metodologias utilizadas, os principais resultados e as lacunas nas pesquisas. A metodologia adotada foi uma revisão de literatura com abordagem qualitativa, utilizando bases de dados acadêmicas para selecionar dissertações, teses e artigos publicados nos últimos cinco anos. Os resultados apontam avanços pontuais, como a valorização da formação continuada de professores e a integração curricular com a educação profissional, mas também revelam desafios significativos, como a ausência de políticas públicas permanentes, a alta taxa de evasão escolar e a insuficiência de recursos financeiros e materiais didáticos. O estudo conclui que, apesar dos progressos, a EJA ainda carece de políticas sistemáticas e inclusivas que atendam às especificidades dos educandos e promovam seu direito à educação de forma efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: EJA; revisão de literatura; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A análise de políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos (EJA) é um tema relevante e oportuno, especialmente em contextos sociais caracterizados pela desigualdade e pela necessidade de inclusão. No Brasil, onde o acesso à educação

formal foi historicamente restrito a parcelas limitadas da população, a EJA surge como um espaço vital para a democratização do conhecimento e da cidadania. Este programa é fundamental não apenas para promover a alfabetização, mas também para garantir que indivíduos que evadiram do sistema educacional regular tenham oportunidades de reintegração e desenvolvimento social.

O panorama atual da EJA é marcado por uma série de desafios e desigualdades, que vão desde a falta de infraestrutura adequada até a escassez de recursos humanos qualificados. A análise das políticas públicas implementadas ao longo dos anos revela uma tendência de abordagens fragmentadas e pouco coordenadas, que por vezes, não atendem às necessidades reais dos jovens e adultos em processos de aprendizagem. Essa segmentação reflete uma falta de articulação entre os diferentes níveis governamentais e entre as esferas educacional, social e econômica, o que resulta em limitações significativas no que diz respeito à eficácia das iniciativas propostas.

A literatura sobre a EJA destaca a necessidade de estratégias que considerem o contexto sociocultural dos indivíduos. As políticas devem ser projetadas não apenas para suprir a demanda por educação, mas também para se alinharem às experiências vividas pelos participantes. Nesse sentido, uma revisão das políticas em vigor é essencial para a formulação de recomendações embasadas que possam contribuir para a melhoria do cenário educacional. Diante desse contexto, este estudo busca analisar as políticas públicas implementadas no Brasil para Educação de Jovens e Adultos, identificando nas pesquisas analisadas, quais são os primeiros estudos sobre o tema, onde o tema é mais pesquisado, quais subtemas são

a ele associados, principais teorias, metodologias utilizadas, resultados e as lacunas encontradas nestas pesquisas.

A justificativa para a realização desta pesquisa fundamenta-se na premissa de que a educação de jovens e adultos não deve ser vista apenas sob a ótica da reinserção no mercado de trabalho, mas como um instrumento de formação integral e cidadania. O descompasso entre as políticas públicas e as realidades enfrentadas por essa população exige uma revisão crítica das diretrizes existentes, assim como uma avaliação das políticas que têm sido implementadas. A literatura acadêmica recentemente vem abordando as desigualdades estruturais que afetam a educação de adultos, revelando fatores socioeconômicos, culturais e até mesmo geográficos que influenciam a eficácia dessas políticas.

METODOLOGIA

A análise qualitativa dos estudos selecionados foi realizada de maneira sistemática seguindo uma abordagem descritiva. Utilizando bancos de dados acadêmicos que garantam acesso a uma ampla gama de publicações. Os critérios de seleção dos estudos incluíram pesquisas e artigos publicados, dissertações, teses e trabalhos publicados que abordaram especificamente as análises das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, visando reduzir a evasão desta modalidade.

Foram adotadas estratégias de busca em bases de dados acadêmicas e científicas da IBICIT/BDTD, artigos da SCIELO e trabalhos publicados no ANPED. Foram utilizadas palavras-chaves específicas como “políticas públicas”, “EJA”, “evasão”. A busca foi restrita aos últimos 5 anos e incluiu

artigos, teses e dissertações, garantindo a abrangência e atualidade dos estudos selecionados. Para a pesquisa na base de dados da SCIELO, em março de 2025, foram encontrados 516 resultados para a palavra “Políticas públicas”, buscando “Políticas públicas” e “EJA”, o resultado diminuiu para apenas 14 publicações, no entanto, nenhum artigo tratava diretamente das Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos. No site da ANPED foi realizada buscas nos anais de reuniões nacionais, utilizando as mesmas palavras chaves, e não houve resultados encontrados. Já para a pesquisa no banco de dados da BDTD, para as palavras “Políticas públicas” e “EJA”, foram encontrados 709 resultados, destes, 547 são dissertações e 162 são teses. Buscando “Políticas públicas”, “EJA” e “evasão”, o resultado diminuiu para 81 publicações, filtrando para o período de 2020 à 2025, o resultado diminuiu para 32 publicações, destas, 25 são dissertações e 7 são teses.

DADOS ENCONTRADOS

Analisando os títulos e resumos das pesquisas encontradas, apenas 7 trabalhos tratam mais diretamente sobre políticas públicas para Educação de Jovens e adultos, com o objetivo de analisar as políticas existentes. Destas, 5 são dissertações de mestrado e 2 são teses de doutorado. O quadro 1 (um) representa as Teses e Dissertações selecionados na pesquisa e que foram utilizadas na análise deste artigo.

A dissertação de mestrado de Lillian Cristina da Ponte e Sousa Sena (Sena, 2023), apresentada à Universidade de Brasília, analisa as políticas educacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Distrito Federal entre 2013 e 2021. A pesquisa abor-

TÍTULO	AUTOR	PROGRAMA	ANO
Por que os educandos não permanecem na educação de jovens e adultos (EJA)? Análise das políticas educacionais da EJA no Distrito Federal, Brasil (2013-2021)	SENA, L. C. P. S. (Sena 2023).	Mestrado em Educação, modalidade profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.	2023
(Re)conhecendo o PROEJA: uma análise da política pública que integrou a educação profissional com a educação básica na Educação de Jovens e Adultos	MUMBACH, A. (Mumbach, 2020).	Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.	2020
Políticas Públicas para a redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos nas escolas estaduais de Macapá.	SÁ, E. V. B. (Sá, 2023).	Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará	2023
Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos no período de 2019-2022, no Estado do Rio Grande do Sul (RS)	ANSELMO, V. M. A. (Anselmo, 2024).	Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2024
Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos: uma análise do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Cascavel (2016-2019)	SANTOS, B. S. P. (Santos, 2020).	Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2020
Políticas públicas, concepções, perspectivas para a formação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos em Uberlândia/MG (2009-2016)	ROCHA, J. A. (Rocha, 2020).	Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia	2020
Política educacional para Educação de Jovens e Adultos na rede estadual paulista (1995–2018)	SILVA, C. C. (Silva, 2023).	Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal de São Paulo.	2023

Quadro 1 – Quadro de Teses e Dissertações selecionada na pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores.

da os desafios de implementação dessas políticas, considerando a interseccionalidade de vulnerabilidades e a necessidade de ações transversais. O estudo revela a necessidade de valorização e formação continuada dos profissionais da EJA e propõe um curso de formação continuada para esses educadores. A pesquisa também aborda a integração curricular da EJA com a Educação Profissional e Tecnológica como uma estratégia para melhorar o acesso e a permanência dos educandos na escola.

A dissertação de mestrado de Alexandre Mumbach (2020), analisa a política pública PROEJA, que integra a educação profissional com a educação básica na Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa analisa o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) como política pública, utilizando dados da Plataforma Nilo Peçanha para avaliar a oferta e atuação do programa nas instituições federais de ensino. Destaca a importância dos Institutos Federais na disseminação do PROEJA, que representam

mais de 90% da oferta, e aborda questões como inclusão social, perfis de matrícula, renda familiar, cor/raça, sexo e faixa etária dos alunos. O autor discute os desafios enfrentados pelo PROEJA, como a alta taxa de evasão e a necessidade de maior fomento e recursos para consolidar a política, sugerindo melhorias na Plataforma Nilo Peçanha para facilitar a análise dos dados. A pesquisa também aborda a trajetória histórica da EJA no Brasil, a constituição do PROEJA, seus princípios e desafios, e a implementação da política nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destacando a importância da formação integral dos indivíduos, a necessidade de políticas públicas permanentes e a inclusão social dos jovens e adultos trabalhadores.

A dissertação de mestrado de Esmeralda Viana Braga Sá (Sá, 2023), apresentada à Universidade Estadual do Ceará, aborda as políticas públicas para a redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas estaduais de Macapá. A pesquisa utiliza metodologia bibliográfica e de campo, incluindo entrevistas e questionários, para identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar, como condições financeiras, responsabilidades familiares e falta de infraestrutura. A autora sugere que incentivos financeiros, transporte, alimentação e atendimento médico podem ajudar a reduzir a evasão escolar. A autora também destaca a necessidade de políticas públicas mais robustas e apoio do poder público para melhorar a educação e garantir a permanência dos alunos na escola.

A dissertação de Vera Maria Alves de Anselmo (Anselmo, 2024), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa as políticas públicas em Educa-

ção de Jovens e Adultos (EJA) no Estado do Rio Grande do Sul entre 2019 e 2022. O estudo revela que, durante esse período, as políticas educacionais para a EJA não evoluíram, com uma significativa redução nas matrículas e alta taxa de evasão. A pesquisa destaca que, apesar das orientações pedagógicas da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho, não houve propostas específicas para a EJA, especialmente durante os anos de pandemia, quando o ensino híbrido foi implementado. A autora conclui em sua pesquisa que é necessário estabelecer metas e recursos orçamentários para garantir a efetivação do direito à educação com qualidade e aprendizagens significativas.

A dissertação de mestrado de Bruna de Souza Pereira Santos (Santos, 2020), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), analisa o monitoramento e avaliação das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Plano Municipal de Educação de Cascavel (2016-2019). A pesquisa aborda a trajetória histórica da EJA no Brasil, as diretrizes curriculares nacionais, o Plano Nacional de Educação (PNE), e a implementação da EJA no estado do Paraná e no município de Cascavel. Na pesquisa, a autora destaca a importância de uma análise crítica e aprofundada das políticas educacionais para evitar a evasão escolar e contribuir para a diminuição do analfabetismo, propondo melhorias na elaboração de documentos de monitoramento e avaliação, além de sugerir parcerias e ações mais efetivas para alcançar os objetivos educacionais.

A tese de doutorado de Juliana Andrade Rocha (Rocha, 2020), defendida na Universidade Federal de Uberlândia, analisa as políticas públicas educacionais para a for-

mação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Uberlândia, MG, entre 2009 e 2016. A pesquisa aborda a evolução das políticas educacionais no Brasil, destacando as concepções de formação continuada, como a racionalidade técnica e o professor reflexivo. A autora examina as práticas de formação continuada no PMEIA, incluindo palestras, rodas de conversa, fóruns, seminários, oficinas e cursos, e conclui que essas práticas refletem tanto a perspectiva técnica quanto a reflexiva. Na pesquisa, a autora enfatiza a importância da formação continuada como um direito conquistado, essencial para a melhoria da educação de jovens e adultos.

A tese de doutorado de Caio Cabral da Silva (Silva, 2023), apresentada à Universidade Federal de São Paulo, analisa as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede estadual paulista entre 1995 e 2018. Contém transcrições de entrevistas com profissionais da educação pública, abordando suas trajetórias acadêmicas e profissionais, experiências e desafios com EJA, e suas percepções sobre as iniciativas da Secretaria de Educação. A pesquisa investiga a oferta de vagas, o investimento público e as parcerias com entidades privadas, concluindo que São Paulo não possui uma política sistemática para a EJA, caracterizando-se por ações fragmentadas e insuficientes para garantir o direito à educação dessa população. Na pesquisa, a autora também inclui o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP, que aprova o projeto e detalha os procedimentos metodológicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A melhoria da qualidade da educação para jovens e adultos é um tema central nas políticas públicas que visam não apenas promover a inclusão, mas também garantir que

esse público tenha acesso a uma educação que seja eficaz, relevante e adaptada às suas necessidades específicas. Um ponto crucial a ser considerado é a diversidade das experiências de aprendizagem desses indivíduos, que frequentemente retorna ao ambiente educacional com bagagens culturais, profissionais e sociais distintas.

O reconhecimento dessas particularidades é fundamental para o desenvolvimento de currículos inclusivos e contextualizados, com métodos de ensino que respeitem e valorizem a vivência dos educandos. Modelos de formações que não apenas abordam técnicas pedagógicas, mas também discutem a importância da empatia e da capacidade de escuta nas dinâmicas de sala de aula, podem contribuir na formação de ambientes de aprendizado mais acolhedores e produtivos.

Primeiros estudos e local

O quadro 2 apresenta, os títulos das pesquisas analisadas neste artigo, identificando seus respectivos autores, os principais marcos históricos e teóricos que fundamentam os primeiros estudos sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, além de indicar os locais, por sigla dos Estados, onde cada uma dessas pesquisas foi realizada.

De acordo com as pesquisas analisadas e descritas no quadro 2, os primeiros estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil remontam ao período colonial, sendo citados tanto por Sena (2023), quanto por Mumbach (2020). Ambos destacam a atuação dos jesuítas na catequização e alfabetização dos indígenas como marco inicial, além de ressaltar que, durante o Império, a educação era voltada para as elites, excluindo grupos vulneráveis como negros, indígenas e mulheres. Sena (2023), enfatiza

TÍTULO/AUTOR	PRIMEIROS ESTUDOS	LOCAL
Por que os educandos não permanecem na educação de jovens e adultos (EJA)? Análise das políticas educacionais da EJA no Distrito Federal, Brasil (2013-2021) / SENA, (2023) .	Período colonial	DF
(Re)conhecendo o PROEJA: uma análise da política pública que integrou a educação profissional com a educação básica na Educação de Jovens e Adultos. / MUMBACH, (2020)	Período colonial, Século XIX	RS
Políticas Públicas para a redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos nas escolas estaduais de Macapá. / SÁ, (2023)	Paulo Freire, com o projeto de alfabetização em 1963, atendendo 380 trabalhadores em Angico-RN	CE
Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos no período de 2019-2022, no Estado do Rio Grande do Sul (RS) / ANSELMO, (2024) .	Década de 1940, com a criação de campanhas como a Campanha de Educação de Adultos (1947) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958).	RS
Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos: uma análise do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Cascavel (2016-2019) / SANTOS, (2020)	Período colonial	PR
Políticas públicas, concepções, perspectivas para a formação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos em Uberlândia/MG (2009-2016) / ROCHA, (2020) .	Início da década de 1960, a partir de um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em parceria com a direção dos Cursos de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.	MG
Política educacional para Educação de Jovens e Adultos na rede estadual paulista (1995-2018) / SILVA, (2023) .	Período de 1940, com as primeiras campanhas de alfabetização de abrangência nacional. A partir dos anos 1960, houve iniciativas progressistas influenciadas por Paulo Freire	SP

Quadro 2: Quadro de Título/Autor e os Primeiros estudos sobre EJA

Fonte: elaborado pelos autores.

que as pesquisas sobre EJA costumam estar inseridas em contextos de exclusão social e desigualdade educacional, abordando subtemas como interseccionalidade de vulnerabilidades, políticas afirmativas e integração com a educação profissional. Já Mumbach (2020), complementa esse panorama histórico ao mencionar movimentos do início do século XX, como a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, e aponta que a trajetória da EJA é marcada por avanços e retrocessos em

função das políticas públicas implementadas ao longo do tempo.

No que se refere ao local de pesquisa, as pesquisas analisadas evidenciam que a EJA é investigada principalmente em instituições federais de ensino, universidades e contextos de políticas públicas locais. Sena (2023) foca sua análise no Distrito Federal, discutindo os desafios da implementação das políticas educacionais da EJA entre 2013 e 2021, enquanto Mumbach (2020) destaca o papel

dos Institutos Federais na oferta do PROEJA, ressaltando que mais de 90% das matrículas nessa modalidade ocorrem nessas instituições. Ambos os autores apontam que, além das instituições de ensino, movimentos sociais e ONGs também desempenham papel relevante na pesquisa e desenvolvimento de políticas para a EJA. Esses estudos reforçam a importância de considerar as especificidades regionais e institucionais na análise das políticas públicas, bem como a necessidade de ações transversais e de formação continuada dos profissionais envolvidos para garantir o acesso e a permanência dos educandos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Sena, 2023; Mumbach, 2020).

É importante ressaltar que durante a realização da pesquisa no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), não foram encontrados trabalhos de universidades e instituições de ensino do Estado do Pará em relação a análises e reflexões sobre políticas públicas para EJA, tendo como objetivo avaliar e discutir as políticas existentes e/ou implementadas na região norte do país, estes estudos têm sido realizados principalmente por universidades e instituições de ensino de outros estados, conforme citado por Sena (2023), Mumbach (2020) e outros autores analisados neste artigo. No entanto, a BDTD é um repositório amplo e dinâmico, e novas pesquisas podem ser adicionadas a qualquer momento.

A carência de estudos voltados para a análise das políticas públicas para a EJA no Estado do Pará pode contribuir para a invisibilidade das demandas e especificidades da população jovem e adulta do estado, dificultando a elaboração de políticas educacionais contextualizadas e eficazes. Esta lacuna limita o debate acadêmico e a produção de

conhecimento sobre a EJA na região Norte, perpetuando um cenário em que as políticas são frequentemente pensadas a partir de realidades distintas, sem considerar as particularidades locais. Diante disso, torna-se fundamental incentivar e ampliar pesquisas sobre EJA na região Norte, de modo a subsidiar a formulação de políticas públicas mais justas, inclusivas e alinhadas às necessidades da população paraense.

Subtemas, Metodologias e Teorias

O Quadro 3 sintetiza de forma organizada os principais aspectos das pesquisas selecionadas para este artigo, apresentando de maneira comparativa os subtemas investigados, as metodologias adotadas e as teorias que fundamentam cada estudo.

Com base na análise do quadro 3 acima, é possível observar que as pesquisas analisadas sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil abordam uma diversidade de subtemas, metodologias e fundamentações teóricas. Entre os subtemas mais recorrentes destacam-se a interseccionalidade de vulnerabilidades (Sena, 2023), integração curricular entre EJA e Educação Profissional e Tecnológica (Mumbach, 2020), políticas públicas de inclusão social, formação de professores (Anselmo, 2024; Rocha, 2020), evasão escolar e permanência dos estudantes (Sá, 2023; Santos, 2020). Tais subtemas refletem as múltiplas dimensões dos desafios enfrentados pela EJA, como desigualdade social, racial e de gênero, além da necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e efetivas.

No que diz respeito às metodologias, predomina a abordagem qualitativa, com uso de análise documental, revisão bibliográfica e análise de conteúdo (Bardin,

TÍTULO /AUTOR	SUBTEMAS	METODOLOGIAS	TEORIAS/ AUTORES
SENA, (2023).	Transversalidade, formação continuada, políticas educacionais afirmativas.	Qualitativa, com análise de normativos nacionais e distritais, dados públicos, e revisão bibliográfica	Pedagogia de Paulo Freire / Arroyo, Bomfim, Haddad e Di Piero, Gadotti, Bresser-Pereira, entre outros
MUMBA-CH, (2020).	Educação Profissional e Tecnológica, Formação Inicial e Continuada, Políticas públicas de inclusão social	Abordagem qualitativa, análise bibliográfica e documental. Utilização de dados da Plataforma Nilo Peçanha para análise quantitativa. Entrevistas para coleta de dados qualitativos.	Teoria da dualidade educacional / Ramos, Ciavatta, Araujo, Rodrigues, entre outros.
SÁ, (2023)	Exclusão social, marginalização, políticas públicas, desigualdade racial, econômica e de gênero.	Bibliográfica e de campo, com entrevistas semiestruturadas com diretores, professores e coordenadores, além de questionários aplicados aos alunos	Teoria da educação emancipadora, Teoria da integração entre educação, trabalho e formação profissional. / Paulo Freire, entre outros.
ANSELMO, (2024).	Formação de professores, Inclusão e exclusão, Práticas pedagógicas, Políticas públicas.	Abordagem qualitativa, com análise documental e bibliográfica.	Teorias sobre políticas públicas, Teorias sobre educação e cidadania. / Farenzena, Thoenig, Silva, Dantas, entre outros.
SANTOS, (2020)	Alfabetização, políticas educacionais, formação de professores, e inclusão social	Análise documental, estudo bibliográfico, e análise de conteúdo.	Materialismo histórico-dialético / Paulo Freire
ROCHA, (2020).	Políticas públicas educacionais, Formação inicial e continuada de professores, Avaliação educacional, Educação popular Diversidade e inclusão na educação.	Abordagem qualitativa, Análise documental e bibliográfica	Racionalidade técnica, Professor reflexivo. / Paulo Freire, Pimenta, Perrenoud, Nóvoa, Schön, entre outros.
SILVA, (2023).	Políticas públicas, política educacional, formação docente, condições de trabalho, especificidades dos estudantes.	Pesquisa qualitativa, com análise de dados estatísticos, estudo documental, e entrevistas semiestruturadas.	Estado integral, sociedade política e sociedade civil, Definição de políticas públicas. / Gramsci Dye e Laswell, entre outros.

Quadro 3: Quadro de Subtemas, Metodologias, Teorias/Autores.

Fonte: elaborado pelos autores.

2010), além de entrevistas, questionários e grupos focais para coleta de dados de campo (Sá, 2023; Mumbach, 2020). Em alguns estudos, a análise quantitativa também se faz presente, especialmente na utilização de bancos de dados institucionais, como a Plataforma Nilo Peçanha (Mumbach, 2020), para mapear o perfil dos estudantes e avaliar a efetividade das políticas públicas. A combinação dessas metodologias permite uma compreensão mais ampla e aprofundada dos fenômenos investigados, articulando dados objetivos e subjetivos.

Quanto às teorias, destaca-se a centralidade do pensamento de Paulo Freire, cuja pedagogia dialógica e emancipadora fundamenta grande parte das análises sobre EJA (Sena, 2023; Sá, 2023; Santos, 2020). Outros referenciais teóricos relevantes incluem a teoria da formação integral (Mumbach, 2020), o materialismo histórico-dialético (Santos, 2020), e as teorias sobre políticas públicas (Anselmo, 2024). Esses aportes teóricos contribuem para a compreensão crítica do papel da educação na promoção da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento humano, além de embasar propostas de intervenção e aprimoramento das políticas educacionais voltadas à EJA.

Resultados e Lacunas

O quadro 4 reúne, de forma sistematizada, os achados centrais referentes aos resultados e lacunas abordadas pelos autores, abordando os avanços alcançados pelas políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como as limitações e desafios ainda presentes, conforme apontado pelos autores cujas pesquisas foram selecionadas para compor o estudo.

Com base no resumo das informações descritas no quadro 4, é possível identificar avanços e desafios recorrentes nas políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Os resultados das pesquisas apontam para a necessidade de valorização e formação continuada dos profissionais da EJA, bem como para a importância de ações transversais que considerem as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelos educandos (Sena, 2023). Também é importante destacar a relevância da integração curricular entre a EJA e a Educação Profissional e Tecnológica como estratégia para promover o acesso e a permanência dos alunos, conforme evidenciado nos estudos sobre o PROEJA (Mumbach, 2020).

Já as lacunas identificadas pelos autores são significativas e convergem em diversos pontos. Entre elas, sobressaem a ausência de políticas públicas permanentes e específicas para a EJA, a insuficiência de recursos financeiros, a falta de materiais didáticos adequados e de formação continuada para os docentes (Anselmo, 2024; Sá, 2023; Santos, 2020). Outro desafio recorrente é a alta taxa de evasão escolar, associada a fatores socioeconômicos, responsabilidades familiares e condições precárias de infraestrutura, o que demanda incentivos financeiros, transporte, alimentação e apoio médico para os estudantes (Sá, 2023). Por fim, os autores ressaltam a discrepância entre o que é previsto na legislação e a realidade prática das escolas, especialmente em contextos de crise, como a pandemia, evidenciando a necessidade de monitoramento, avaliação e reestruturação das políticas educacionais (Anselmo, 2024; Santos, 2020).

Portanto, embora haja reconhecimento dos avanços normativos e da importância da EJA para a inclusão social e a cidadania,

persiste a necessidade de políticas públicas mais robustas, integradas e sustentáveis, que considerem as especificidades do público atendido e garantam condições adequadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipadoras, como propõem Sena (2023), Mumbach (2020) e outros autores analisados neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise realizada no presente artigo, é possível evidenciar que as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil ainda enfrentam desafios estruturais significativos, como a fragmentação das ações, a falta de articulação entre diferentes esferas governamentais e a ausência de estratégias que considerem as especificidades socioculturais dos educandos. Os estudos revisados, como o de Sena (2023), destacam a necessidade de valorização e formação continuada dos profissionais da EJA, bem como a importância da integração curricular com a educação profissional e tecnológica para promover o acesso e a permanência dos alunos. Já Mumbach (2020) ressalta o papel dos Institutos Federais e a urgência de políticas públicas permanentes e inclusivas, especialmente diante das altas taxas de evasão e da necessidade de maior investimento e monitoramento das ações implementadas.

Outro ponto recorrente nas pesquisas analisadas, como as de Sá (2023) e Anselmo (2024), é a influência de fatores socioeconômicos e estruturais, como condições financeiras, responsabilidades familiares e falta de infraestrutura, sobre a permanência dos alunos na EJA. Essas pesquisas sugerem que incentivos financeiros, transporte, alimentação e atendimento médico são me-

didadas fundamentais para reduzir a evasão escolar, além de reforçarem a necessidade de políticas públicas mais robustas e de maior apoio do poder público. A análise das pesquisas realizadas por Santos (2020) e Rocha (2020) também aponta para a importância do monitoramento e avaliação das políticas, bem como da formação continuada dos professores, como elementos essenciais para garantir a qualidade e a efetividade das ações voltadas à EJA.

Em resumo, o panorama traçado neste artigo revela que, embora haja avanços pontuais, a EJA ainda carece de uma política sistemática, articulada e sensível às realidades dos jovens e adultos brasileiros. Como afirmam Silva (2023) e outros autores que foram analisados, superar a fragmentação e promover a inclusão efetiva exige o estabelecimento de metas claras, recursos orçamentários garantidos e uma abordagem que valorize a formação integral e cidadã dos educandos. Assim, esta revisão de literatura reforça a urgência de repensar as diretrizes e práticas atuais, buscando soluções que dialoguem com as demandas concretas dessa população e promovam, de fato, o direito à educação ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, V. M. A. **Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos no período de 2019-2022, no Estado do Rio Grande do Sul (RS)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2024.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna. 2006.

BRASIL. **Índice de abandono escolar é três vezes maior o 6º ano do ensino fundamental 2012**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer nº 11/2000. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecear_11_2000.pdf. Acesso em: 09 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2001-2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2025.

BRASIL. **Programa de rádio “Café com a Presidenta”, com a Presidenta da República, Dilma Rousseff**. Biblioteca Presidência da República, Brasília, DF, 24 out. 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/cafepresidenta/programa-de-radio> 201cca-fe-com-a-presidenta201d-com-a-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-9. Acesso em: 1 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8. Acesso em: 05 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/. Acesso em: 2 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa : Edições 70, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GODOY , Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. RAE. v.35 • n.3 • Mai./Jun.1995.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert, GODOY, Dalva Maria Alves. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, fev. 2025.

MOREIRA, M. A. S., JÚNIOR, J. V. V., & ALMEIDA, M. T. F. **INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TENDÊNCIAS, IMPACTOS E APLICABILIDADE**. Revista Contemporânea, 3(12), 25517-25536. 2023

MUMBACH, A. (Re)conhecendo o PROEJA: uma análise da política pública que integrou a educação profissional com a educação básica na Educação de Jovens e Adultos. Universidade Federal da Fronteira Sul. Cerro Largo, 2020.

PARANÃ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba, 2006.

PREVIATTI, S. M. P., PETRIS, J. P., & ZANANDREA, R. (2021). **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma análise sobre a inclusão com ênfase no ensino e na aprendizagem da pessoa com deficiência auditiva**. vol. 11, num. 26, 2021

ROCHA, J. A. **Políticas públicas, concepções, perspectivas para a formação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos em Uberlândia/MG (2009-2016)**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2020.

SÁ, E. V. B. **Políticas Públicas para a redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos nas escolas estaduais de Macapá**. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza – Ceará, 2023.

SANTOS, B. S. P. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos: uma análise do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Cascavel (2016-2019)**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR, 2020.

SENA, L. C. P. S. **Por que os educandos não permanecem na educação de jovens e adultos (EJA)? Análise das políticas educacionais da EJA no Distrito Federal, Brasil (2013-2021)**. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2023

SILVA, C. C. **Política educacional para Educação de Jovens e Adultos na rede estadual paulista (1995–2018)**. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2023.

SILVA, Ronaldo Tadeu da. **Educandos surdos da EJA no cenário educacional e inclusivo: uma análise de um artigo acadêmico**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: Acesso em: 4 jan. 2025.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: Ibpex, 2007.

VIEGAS, A. C. C.; MORAES, M. C. S. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1, p.456-478, 2017. Doi: 10.21723/riace.v12.n1.7927.

TEIXEIRA, Mauricio Gonçalves et al. **Alfabetização de jovens e adultos: Projeto Auto estima**. 2005. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia – Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: Acesso em: 4 jan. 2025.